

Prosavana - Moçambicanos criticam projeto brasileiro

Iniciativa financiada por Brasil e Japão é acusada de expulsar agricultores pobres e de favorecer grandes empresas

09/08/2015 - Folha de S.Paulo - Thaís Fascina

COMPARTILHE

Itamaraty e Embrapa negam usurpação de terras; entidades locais e internacionais pedem a Dilma fim do Prosavana

De São Paulo

Um projeto de desenvolvimento da agricultura em Moçambique, financiado pelos governos do Brasil e do Japão, levou à expulsão de centenas de pequenos agricultores de suas terras para dar espaço a grandes empreendimentos, segundo acusações feitas por mais de 20 organizações nacionais e internacionais.

Considerado uma das vitrines da política externa do governo Lula na África, o Prosavana tinha como objetivo melhorar a vida da população em zonas rurais pobres com a produção em larga escala de alimentos.

A área escolhida em Moçambique é o chamado Corredor de Nacala, a mais produtiva do país, onde foi instalada uma ferrovia atravessando todo o corredor –da fronteira com o Maláui (norte) até o porto de Nacala– para facilitar o escoamento.

Há duas acusações em Moçambique contra o Prosavana. A primeira diz respeito à região de Nampula, onde a empresa Mathara Empreendimentos é suspeita de ter expulsado cerca de cem famílias de pequenas propriedades, colocando animais nas plantações dos agricultores para forçar sua saída.

A segunda é sobre a suposta usurpação de propriedades em Gurué pela Agromoz, conglomerado de empresas formado pelo grupo Américo Amorim (Portugal), Intelec (Moçambique) e Pinesso (Brasil), uma das maiores produtoras de soja do país.

A Intelec tem como principal acionista o ex-presidente moçambicano Armando Guebuza (2005-2015).

Segundo a acusação, algumas famílias teriam recebido apenas 6.000 meticais (cerca de R\$ 530) pelas terras.

"O Prosavana não é um projeto de desenvolvimento agrário, mas de pobreza e insegurança alimentar", diz Clemente Ntauazi, da Adacru (Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais).

"Não identifico esse problema [de usurpação] na população. Eles são sempre simpáticos", diz Paulo Nogueira, coordenador substituto de cooperação técnica da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que participa do Prosavana.

Em nota, o Itamaraty afirma que "cabe ao governo de Moçambique coordenar os investimentos" e que o Prosavana "não atua ou promove a atuação de empresas".

A Folha não obteve resposta ao procurar as empresas denunciadas. O governo de Moçambique também não respondeu às solicitações.

AUDIÊNCIAS

Com as denúncias e a desinformação dos camponeses, o governo de Moçambique realizou audiências públicas em abril deste ano para explicar o Prosavana.

Em uma dessas reuniões, conforme filmagens vistas pela reportagem, um agricultor que disse ter sido expulso de sua terra chama representantes do Prosavana de "mafiosos" e diz que os camponeses não querem o projeto.

As audiências atraíram críticas por terem sido divulgadas apenas 15 dias antes de começarem. O governo fez anúncios em jornais e criou um site sobre o Prosavana.

"Em um país com mais de 50% de analfabetos, lançarem comunicados em jornais que mal circulam na região afetada pelo projeto é, no mínimo, inocente", diz Marcio Pessoa, pesquisador brasileiro que acompanhou o movimento de camponeses.

Três cartas abertas assinadas por 72 associações e organizações nacionais e internacionais foram enviadas para a presidente Dilma Rousseff, o presidente moçambicano, Filipe Nyusi, e o premiê japonês, Shinzo Abe.

A última, de maio, pede a paralisação "urgente" do Prosavana em Moçambique. Até agora, nenhuma resposta foi dada pelos governos.

O Prosavana foi criado com base no Prodecer (Programa Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados), adotado no Brasil na década de 70 e também financiado pelo Japão à época. Na cooperação atual feita com Moçambique, o custo total é estimado em US\$ 35 milhões (R\$ 122,8 milhões).

De acordo com o Itamaraty, a coordenação do Prosavana cabe à ABC (Agência Brasileira de Cooperação), ligada ao ministério, e a transferência de técnicos e tecnologia cabe à Embrapa. O Brasil ainda mantém um escritório no país africano.

Até 2013, o repasse a Moçambique pelo Brasil foi de US\$ 13,7 milhões (R\$ 48,1 milhões). No mesmo período, o Japão investiu US\$ 23,8 milhões (R\$ 83,7 milhões).

O Itamaraty não respondeu sobre os valores atuais.

O CASO PROSAVANA

Projeto com participação brasileira sofre acusações

O que é?

Projeto de cooperação entre Brasil, Japão e Moçambique para desenvolvimento da agricultura em grande escala em Moçambique. Uma das principais políticas externas do governo Lula na África

Qual a área do projeto?

Ao todo são 10,7 milhões de hectares, atingindo 19 distritos na região chamada "Corredor de Nacala", uma das mais produtivas do país

Qual a acusação? Parte da população de Moçambique e mais de 20 organizações acusam o Prosavana de usurpar terras de pequenos agricultores para serem utilizadas por grandes empresas

As empresas acusadas

1) Mathara Empreendimentos

- Empresa portuguesa especializada na plantação de soja, milho e cebola

Acusação: usurpação de terra no distrito de Nampula

2) Agromoz Formada pelos grupos:

- Américo Amorim (Portugal)

- Intelec Holdings (Moçambique –tendo como principal acionista o ex-presidente moçambicano Armando Guebuza)

- Pinesso (Brasil –uma das maiores empresas de soja do país, com sede em Mato Grosso)

Acusação: usurpação de terra no distrito de Gurué

Seguir @GVces 17,4 mil seguidores Like 8.4K

Tweets por @GVces



Sustentabilidade FGV @GVces

Desafio da turma da Formação Integrada p/ Sustentabilidade é olhar p/ equidade entre homens e mulheres nas empresas bit.ly/CES-Desafio-FI...

5h



Sustentabilidade FGV @GVces

Veja os resultados do 2º ciclo operacional do Sistema de Comércio de Emissões da Plataforma Empresas pelo Clima bit.ly/GVces-SCE-EPC-...

20 ago

Incorporar

Ver no Twitter